

Anexo B:

Usar as leis para lutar pelos direitos ambientais



Os direitos humanos, e às vezes os direitos ambientais (o direito a ter um ambiente seguro e saudável), são protegidos pelas leis de muitos países. Este livro inclui muitas histórias sobre como é que as pessoas trabalharam juntas para fazerem novas leis que protegessem as suas comunidades, ou exigiram protecção através das leis que já existem.

Esta secção do livro inclui informação sobre como usar um **Estudo de Impacto Ambiental** ou uma acção em tribunal para lutar pelos os seus direitos ambientais. Também contém informação sobre onde procurar ajuda internacional, se os seus tribunais e governo nacional não o protegerem.

As comunidades que lutam para proteger o seu meio ambiente e saúde enfrentam muitas vezes a oposição e violência por parte de empresas e governos que querem tirar-lhes os seus recursos naturais ou realizar projectos de desenvolvimento, independentemente dos danos que eles vão causar. Estes projectos podem deslocar pessoas das suas terras, criar muita poluição, pôr em perigo a segurança pública ou produzir substâncias tóxicas que causam problemas de saúde graves. Tudo isto são violações dos direitos humanos e dos direitos ambientais.

Por vezes, as grandes empresas têm tanto dinheiro que são capazes de impedir os governos de reconhecerem ou de fazerem cumprir as leis que deveriam protegê-lo a si. Quando as leis locais e nacionais não são eficazes, há algumas leis internacionais que podem oferecer protecção a si e à sua comunidade.

A ideia de que as pessoas têm direitos ambientais é uma área da lei relativamente nova, por isso, as definições do que são esses direitos e da forma como se aplicam ainda estão a ser determinadas. Isto torna cada batalha legal pelos direitos ambientais muito importante.

Estudos de Impacto Ambiental (EIA)

Como a indústria e os projectos de desenvolvimento causam tanta destruição ambiental, que muitos governos, indústrias e agências de desenvolvimento são agora obrigados, por lei, a avaliar os efeitos dos seus projectos antes de iniciá-los. Uma ferramenta de planeamento e tomada de decisões comum é chamada Estudo de Impacto Ambiental ou EIA.

Um EIA descreve como é que um projecto, por exemplo a construção de estradas, minas, aeroportos ou outro desenvolvimento industrial, vai afectar as pessoas, os animais, a terra, a água e a qualidade do ar numa área. O EIA também pode olhar para os problemas sociais, como por exemplo a deslocação de pessoas e a perda de recursos culturais, como os modos de vida tradicionais, os lugares históricos ou de importância espiritual, etc. Um EIA também deve sugerir formas menos prejudiciais de o trabalho ser feito, se o projecto for para a frente.

Um EIA pode ser feito por uma empresa isolada ou pode ser feito por uma empresa em conjunto com as comunidades e os representantes do governo (para saber mais histórias sobre como é que duas comunidades usaram um EIA, ver páginas 466 e 561). Mas é responsabilidade do governo decidir se o projecto pode começar.

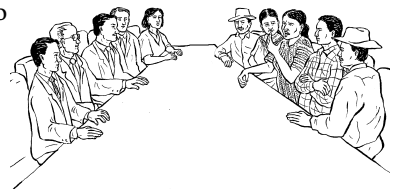
Como é que funcionam os EIA

Os EIA devem envolver 2 actividades básicas:

1. Um estudo dos impactos do projecto e um relatório escrito a descrever estes impactos. Isto é habitualmente da responsabilidade da empresa que gere o projecto e pode ou não envolver a participação da comunidade.
2. Reuniões de consulta pública para permitir que as comunidades afectadas avaliem o projecto antes de ele começar.

Um EIA funciona melhor quando é orientado pelo princípio da precaução (ver página 32). Se um EIA mostrar os danos que podem resultar de um projecto, o plano deve ser parado ou mudado. Mas, muitas vezes, os EIA são usados para fazer parecer que um projecto é inofensivo, mesmo sabendo que o projecto vai causar danos graves às pessoas e ao meio ambiente, agora ou no futuro. Por vezes pode ser útil os membros da comunidade pedirem a uma universidade ou a uma organização para explicar o EIA e os impactos que nele aparecem descritos.

Muitas empresas escrevem o relatório do EIA antes de convidarem a comunidade a participar, em vez de o escreverem com a participação da comunidade. Por vezes, as empresas não anunciam as reuniões sobre o EIA ou tornam as reuniões de difícil participação para as pessoas. Quando um processo injusto de EIA é apressado por uma empresa ou agência governamental, isso leva muitas vezes a uma situação em que o projecto começa enquanto a comunidade faz campanha para o parar. Apesar de tudo, os EIA podem ser uma ferramenta importante para as comunidades e os governos avaliarem e melhorarem as propostas de projectos de desenvolvimento.



Como é que as comunidades podem influenciar um EIA

Obter muita informação de diferentes fontes (não apenas da empresa) e levar o tempo de que você precisa para compreender todos os potenciais impactos são partes importantes do exercício do seu direito a participar num EIA. Habitualmente, muitas decisões já estão tomadas na altura em que as pessoas que são mais afectadas têm alguma coisa a dizer.

Participar num processo de EIA pode ajudar a educar e a organizar a sua comunidade para melhor proteger a sua saúde e os recursos a longo prazo. Mesmo que nem sempre seja possível fazer parar um projecto prejudicial, educar e organizar-se em torno de um EIA pode ajudar a proteger a sua comunidade.



Exigir participar

As comunidades podem exigir ter uma voz num EIA. Às vezes, um tribunal, um governo ou uma agência de desenvolvimento vão permitir que os representantes da comunidade participem no processo do EIA. As pessoas da comunidade podem participar ou podem pedir a um aliado, como uma ONG ou um advogado, que os represente. Se os representantes da comunidade participarem no processo do EIA, eles podem depois informar a comunidade em reuniões comunitárias sobre o que a empresa está a planear e a fazer. A participação também ajuda a criar uma compreensão sobre os direitos e responsabilidades da comunidade e as formas de melhor prevenirem os danos de um projecto ou de prevenirem o próprio projecto.

Obtenha o relatório completo do EIA

As comunidades têm o direito de ver o documento completo do EIA e não apenas um resumo ou uma versão parcial. Os relatórios de EIA incluem muitas vezes secções chamadas “Riscos de Segurança”, “Riscos Sociais”, “Riscos para a Saúde” e “Custos de Limpeza”. Estas secções podem descrever problemas que a empresa preferiria não partilhar, sobretudo nas reuniões de consulta pública. As comunidades e seus aliados podem também identificar erros ou informações importantes que faltam no EIA.

Os problemas descritos num EIA, bem como os problemas ignorados num EIA, podem ser partilhados com os meios de comunicação social, os representantes do governo e o público, para ajudar a construir uma resistência mais alargada a projectos prejudiciais. Você também pode partilhá-los com entidades nacionais ou internacionais, como as Nações Unidas, o que pode ter como consequência que seja feita alguma pressão sobre as empresas ou governos para que respondam às preocupações da comunidade.

Comunidades resistem à exploração mineira

A pequena comunidade agrícola de Junín fica numa área bonita de florestas sobre as encostas dos Andes, no Equador. As pessoas aqui são pobres, mas ganharam a vida com o uso da terra durante centenas de anos. Recentemente, as pessoas de Junín enfrentaram o maior desafio da sua história: uma empresa planeou criar na sua região uma das maiores minas de cobre a céu aberto da América do Sul.

Quando uma empresa mineira japonesa veio explorar a área, as pessoas de Junín sabiam que a exploração mineira podia trazer poluição. Mas a empresa mineira prometeu trazer postos de trabalho e “progresso” na forma de novas estradas e escolas, por isso, mesmo assim, as pessoas de Junín deixaram-nos explorar os minerais. Passado pouco tempo, a empresa descobriu um grande depósito de cobre e as pessoas de Junín cedo descobriram que o seu abastecimento de água estava poluído com resíduos da mina. As pessoas rapidamente começaram a sofrer de irritações da pele e de outros problemas de saúde.

A comunidade pediu à empresa mineira que parasse de poluir. A empresa não parou, por isso, as pessoas de Junín tomaram medidas. Quando os mineiros estavam de férias, milhares de aldeãos entraram pelo acampamento da mina adentro, retiraram ferramentas, mobiliário e outros itens de valor e entregaram-nos às autoridades. Depois, queimaram o acampamento. A empresa percebeu a mensagem e foi-se embora, mas mais tarde vendeu a mina a uma empresa do Canadá.

Continuámos a organizar-nos. Alguns aldeãos começaram um jornal e uma rádio comunitária para nos manter informados.



A empresa canadiana trabalhou para dividir a comunidade. Eles ofereceram grandes quantidades de dinheiro às pessoas de Junín para que estas vendessem as suas terras. Algumas pessoas venderam de facto, mas outras recusaram-se. A empresa sabia que isto ia causar conflitos. A empresa também enviou um médico para prestar cuidados de saúde, mas só para as pessoas que tinham assinado um papel a dizer que estavam a favor da mina.

Depois de tornar esta injustiça conhecida, as organizações locais mobilizaram fundos para abrir um posto de saúde comunitário.

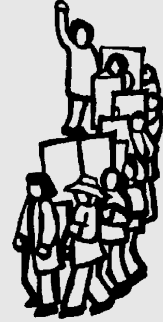
A lei do Equador requer um EIA antes de qualquer projecto de desenvolvimento poder começar. Os aldeãos sabiam que, se um EIA não fosse feito adequadamente, o governo não ia permitir que a mina fosse construída. Eles também sabiam que um EIA honesto iria mostrar como é que a exploração mineira do cobre iria forçar as pessoas a serem transferidas por causa da poluição do ar, da erosão e da sedimentação dos cursos de água, e iria contaminar a água com esgotos não tratados, metais pesados e outros resíduos tóxicos.

(a história continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

As pessoas de Junín tinham aprendido a usar a lei para o seu próprio proveito. Depois de a empresa ter alegado que tinha feito um EIA, o governo rejeitou-o por estar incompleto.

As pessoas de Junín também usaram acções directas, como por exemplo recusarem deixar a empresa entrar na área através do bloqueio das estradas. Os líderes comunitários declararam toda a municipalidade como uma zona proibida à exploração mineira. Usando uma variedade de tácticas, as pessoas de Junín preveniram que esta mina de cobre a céu aberto destruísse as suas casas, as suas florestas ricas e as suas fontes de água.



EIA comunitários

Um EIA comunitário pode ajudar as pessoas de uma aldeia, vila ou região a chegarem a um entendimento comum sobre as formas de usarem, protegerem e dependerem de recursos como o ar, os alimentos, a água, os animais, os produtos florestais, as plantas medicinais, os lugares sagrados, etc. Isto pode criar um processo para resolver conflitos e mal-entendidos dentro das comunidades sobre o uso de recursos. Pode ajudar a construir a unidade necessária para desafiar empresas ou governos. E também pode ajudar a mobilizar as pessoas para que se oponham às indústrias que se aproveitam das divisões entre as pessoas para explorarem a sua água, madeira, terra ou outros recursos.

Um EIA comunitário pode ser tão simples como discutir que recursos a comunidade usa e chegar a acordos sobre como protegê-los melhor da exploração. Um EIA comunitário mais complicado pode incluir mapas detalhados, realizar levantamentos e criar alianças com comunidades vizinhas e organizações de apoio.

Um EIA comunitário é diferente de um EIA realizado por empresas e governos. Pode não corresponder aos requisitos legais de um EIA “oficial”, porque dá mais importância ao que as comunidades pensam, à saúde das pessoas e à sua cultura do que à exploração de recursos. Um EIA comunitário reconhece que a estrutura difícil de perceber e a linguagem “científica” requerida nos EIA não é só confusa para a maior parte das pessoas, mas é concebida de propósito para as excluir. Um EIA comunitário é uma maneira de dizer “É possível outra forma de avaliar o impacto ambiental”.

Muitas actividades ao longo deste livro, desde o mapeamento (página 15), aos sociodramas (página 18), aos estudos sobre saúde (ver página 500), às actividades de protecção das bacias hidrográficas (página 164), às caminhadas pelo lixo (página 391) ou outras actividades desenvolvidas pela sua comunidade, podem contribuir para um EIA comunitário.

Acções em tribunal

Uma maneira de poder ganhar direitos ambientais e justiça é ir a tribunal processar as empresas que violam as leis nacionais e internacionais. Uma acção em tribunal bem-sucedida contra uma indústria ou empresa poluente não só protege as pessoas imediatamente afectadas, como também protege as pessoas de outros lugares e das gerações futuras.

Uma acção em tribunal vai ajudar a sua comunidade?

As acções em tribunal têm sido usadas com sucesso em muitas lutas pela justiça ambiental. Mas as acções em tribunal são muito caras e muitas vezes levam muitos anos. Se a acção em tribunal é contra uma corporação baseada fora do país, algumas organizações internacionais podem ser capazes de o ajudar a encontrar advogados gratuitos (ver Recursos).

Mesmo quando um país tem leis para proteger a saúde e o meio ambiente, pode ser difícil ganhar uma acção em tribunal. Se as leis não são usadas com frequência, os juizes e os advogados podem não as conhecer. E em muitos países, sobretudo onde as empresas são muito poderosas, a corrupção entre juizes e políticos torna difícil as comunidades pobres lutarem pelos seus direitos. Infelizmente, há muito mais acções em tribunal mal-sucedidas do que acções em tribunal bem-sucedidas.

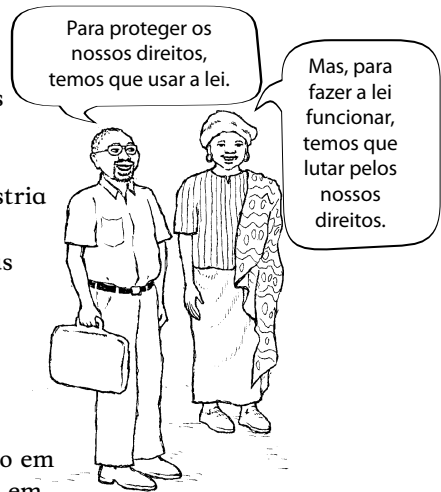
Antes de iniciar uma acção em tribunal contra uma empresa, indústria ou governo, pense se este é o melhor uso dos recursos da sua comunidade. Estas são algumas das coisas a considerar.

Pense nos seus objectivos

É importante saber exactamente o que você quer que a acção em tribunal alcance. Depois, decida se uma acção em tribunal é a melhor maneira de alcançar esse objectivo. Você quer que a empresa ou o governo:

- Limpe depois de um derrame de petróleo ou outra poluição tóxica?
- Pague às pessoas por danos à sua saúde, terra ou recursos?
- Encerre e deixe a região ou o país?
- Evite a poluição em primeiro lugar?

Uma batalha legal pode mobilizar e educar uma comunidade. Mas acções como boicotes, ocupações, greves ou campanhas de informação pública podem levar a negociações ou acordos políticos mais rápida e facilmente do que uma longa batalha legal. Considere se estes tipos de acções são mais fáceis e mais eficazes para a sua comunidade realizar do que uma acção em tribunal. Considere também se tomar medidas legais e medidas directas em conjunto vai ajudar a sua comunidade a ganhar.



Será que uma acção em tribunal vai ser útil mesmo se não for bem-sucedida?

Claro que você quer ganhar a sua acção em tribunal. Mas se você não tem a certeza se a sua acção pode ganhar, pense se ela vai ajudar ou prejudicar a sua causa se não ganhar.

Uma acção em tribunal pode chamar a atenção do público para os problemas da comunidade e unir diversos grupos ambientais mesmo se não se ganhar a causa. Se uma acção em tribunal que envolve danos ambientais e abuso de direitos humanos não for bem-sucedida nos tribunais do seu país, você pode conseguir levar a queixa para uma entidade internacional, como por exemplo a Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos ou as Nações Unidas (ver página 567). Mesmo assim, isto pode não resolver o problema, mas pode chamar mais a atenção para as suas questões. No entanto, isso também implica mais tempo e recursos.

Por vezes, uma acção perdida em tribunal pode tornar as coisas piores. Um mau resultado pode levar os juízes e advogados a pensarem que acções futuras em tribunal também não devem ganhar. A publicidade negativa pode fazer com que as pessoas pensem que uma comunidade está a exigir dinheiro ou outras recompensas injustamente. E, tal como qualquer esforço organizado que falhou, as acções perdidas em tribunal podem desmoralizar e dividir uma comunidade.

Quem é que vai levar a acção a tribunal?

A vítima do dano, seja ela uma pessoa, a família de uma pessoa ou uma inteira comunidade, tem que querer assumir o trabalho e os riscos de uma acção em tribunal. Habitualmente, uma organização não pode pôr um processo em tribunal contra uma empresa em nome de alguém que foi prejudicado mas que não quer participar na acção em tribunal.

Há provas de que houve dano?

Para uma acção em tribunal ser bem-sucedida, você tem que conseguir provar:

- Que a vítima sofreu danos físicos ou económicos;
- Que a empresa causou ou é responsável pelos danos.

Se não houver evidências que provem isto, o processo pode causar mais danos do que ser benéfico. Mesmo quando é claro que uma empresa violou a lei, sem provas de que eles causaram os danos você pode não ser autorizado a levar o caso a tribunal e, se for autorizado, pode não ganhar.

Há provas disponíveis?

Só as provas que podem ser trazidas a tribunal são úteis no tribunal. As pessoas que levantam uma acção em tribunal porque sofreram danos devem querer e ser capazes de falar em tribunal, e precisam de ter testemunhas que também queiram falar. Elas precisam de conseguir mostrar imagens, estudos, registos médicos ou alguma outra prova de que lhes foram causados danos pela empresa que está a ser processada. Os danos podem ser muito difíceis de provar. Por exemplo, uma empresa pode contratar um médico para dizer que não foram os produtos químicos que usou que causaram cancro aos seus trabalhadores, mas sim que foram os maus hábitos dos trabalhadores, como por exemplo fumarem tabaco, comerem uma alimentação pouco saudável ou simplesmente a má sorte. Pode ser muito difícil provar legalmente “causa e efeito”, mesmo que pareça óbvio com base no senso comum.

Quem ou o quê é que causou danos?

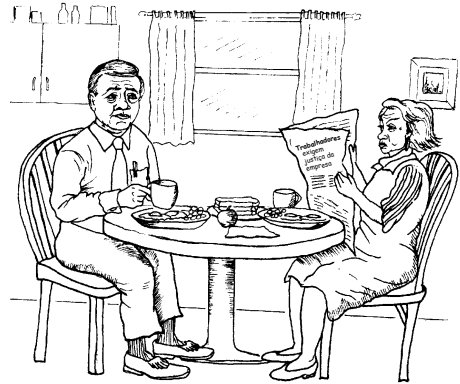
As acções em tribunal podem ser apresentadas contra pessoas, empresas e em muitos países contra o governo por causar danos ambientais.

A acção em tribunal é contra uma empresa multinacional?

As empresas multinacionais muitas vezes têm escritórios em muitos países. Para processar com sucesso uma empresa multinacional, é necessário trabalhar no país onde os danos foram feitos e no país natal da empresa. Isto pode ser caro e difícil, mas pode ser feito (ver histórias nas páginas 494 e 523).

As empresas multinacionais têm muitas vezes sucursais nos países onde trabalham, chamadas subsidiárias. Pode ser mais fácil processar a sucursal de uma empresa do que processar o dono estrangeiro. Por exemplo, quando a empresa petrolífera norte-americana Chevron poluiu o Delta do Níger, na Nigéria, em vez de processar a empresa americana, os activistas locais processaram a sucursal nigeriana da Chevron.

Ao mesmo tempo, activistas internacionais lançaram uma campanha para educar as pessoas em todo o mundo sobre os abusos aos direitos humanos praticados pela Chevron, para pressionar a empresa a mudar as suas práticas.



Outras coisas a ter em conta

- Os danos ou abusos foram cometidos recentemente? Tem que ser posta uma acção em tribunal no prazo de um certo número de anos após os danos serem feitos (habitualmente não mais de 10 anos). Isto faz com que seja difícil ganhar um caso sobre doenças que podem levar muitos anos a desenvolver-se, como os cancros, mesmo que estas possam ser as doenças mais graves.
- As pessoas que estão a pôr a acção em tribunal, as suas testemunhas e os seus advogados estão dispostos a arriscar a sua segurança? Muitas empresas e governos não vão hesitar para manterem o seu poder, em recorrer até à violência física e o assassinio. Aqueles que desafiam este poder podem pôr as suas vidas em risco.
- Há dinheiro para pagar a acção em tribunal? Custos do tribunal, custos dos advogados, viagens internacionais, chamadas telefónicas, recolha de provas e outros custos acumulam-se rapidamente.
- Você consegue trabalhar muitos anos numa acção legal? Uma acção em tribunal pode levar de 3 a 10 anos ou mais. Por vezes, as vítimas já morreram na altura em que os seus casos são resolvidos.

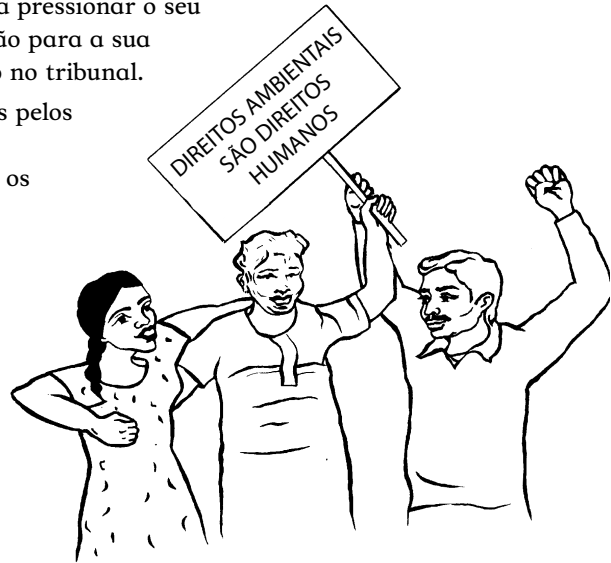
Usar o sistema legal internacional

Quando as leis nacionais falham em proteger a saúde e o bem-estar, a comunidade pode usar os acordos e processos internacionais explicados nesta secção para pressionar o seu governo, chamando a atenção para a sua luta ou fortalecendo a acção no tribunal.

Muitos acordos assinados pelos países que são membros das Nações Unidas (quase todos os países do mundo), protegem os direitos humanos de todas as pessoas. Alguns acordos também protegem o ambiente. Por exemplo, ver página 467 para a descrição de alguns acordos sobre tóxicos. Estes acordos entre diferentes países são por vezes chamados “convenções”, “tratados” ou “convénios”, mas

todas estas palavras significam a mesma coisa. Os acordos podem ser apenas aplicados aos governos, não a empresas multinacionais.

Em muitos países, os acordos internacionais podem ser usados em tribunais nacionais, embora existam muitas restrições. Acordos internacionais podem também inspirar e apoiar as nossas campanhas nacionais para proteger os direitos humanos e o ambiente.



Acordo das Nações Unidas para os Direitos Humanos

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os direitos humanos pertencem a todas as pessoas e não lhes podem ser retirados. Hoje existem 9 acordos internacionais que protegem os direitos humanos, que incluem o direito à saúde e à dignidade. Para obter o texto dos acordos e informação sobre como eles são usados, visite a página Web das Nações Unidas sobre direitos humanos, www.ohchr.org, e *click* sobre “Human rights bodies.”

- **International Covenant on Civil and Political Rights (CCPR)**
- **International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR)**
- **International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (CERD)**
- **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW)**
- **Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CAT)**
- **Convention on the Rights of the Child (CRC)**
- **International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families (CMW)**
- **Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD)**
- **International Convention for the Protection of All Persons from Enforced Disappearance (CED)**

Até recentemente, o único acordo de direitos humanos, que mencionava o ambiente era a Convenção sobre os Direitos da Criança, que dizia que todos as crianças têm o direito a um ambiente saudável e seguro. (Todos os governos com excepção dos Estados Unidos e a Somália assinaram a Convenção sobre os Direitos da Criança).

Em 2010, as Nações Unidas declararam que o direito ao saneamento e a água limpa e segura para beber é um direito humano. Esta declaração poderia ser muito importante para a protecção do meio ambiente. Apesar de se pensar que o ambiente em si não tem direitos, quando os governos violam o direito das pessoas ao saneamento e à água podem ser agora responsabilizados.

Quando um país viola um acordo

Quando um país viola um certo acordo, outro país que tenha assinado o acordo pode entrar com uma ação no “Tribunal Internacional de Justiça.” Mas isso raramente acontece. Uma segunda possibilidade é que uma pessoa ou grupo pode enviar uma reclamação por escrito a uma comissão das Nações Unidas, se o seu país tiver violado direitos humanos específicos, tais como o direito de viver sem discriminação ou tortura e o direito à liberdade de crença e expressão. Vale a pena averiguar se no país é permitido às pessoas enviarem reclamações por escrito e sob que circunstâncias. Para mais informações, consulte o página web das Nações Unidas sobre os direitos humanos: www2.ohchr.org/english/bodies/petitions/index.htm.

Os governos que assinaram o acordo devem apresentar “relatórios periódicos” sobre a situação dos direitos humanos no país ao comitê da Organização das Nações Unidas. Nos seus relatórios, os governos quase nunca mencionam os abusos de direitos humanos. Em vez disso, podem dizer “sim, há problemas, mas as coisas estão a melhorar. “Por esta razão, é importante que as comunidades e ONGs apresentem “relatórios sombra” que explicam a situação real. A cada quatro anos, as ONGs também podem enviar relatórios que são parte da “Revisão Periódica Universal” do seu país pelas Nações Unidas.

Estes relatórios são a única maneira para o comitê das Nações Unidas reconhecer que estão a acontecer abusos, e se você divulgar os relatórios, isso pode ajudar a chamar a atenção internacional. Se o comitê presta ou não atenção aos relatórios de ONGs, muitas vezes depende dos interesses da pessoa responsável pela comissão e do peso da pressão pública.

Outras Declarações das Nações Unidas

Outras decisões das Nações Unidas não são acordos oficiais, mas declarações de obrigação moral para todos os países do mundo. A obrigação moral não conta muito na maioria dos governos, mas falar sobre estas declarações pode às vezes, fortalecer nossas lutas e ajudar a proteger os nossos direitos.

- **United Nations Declaration on the Rights of Indigenous People**
(<http://www.ohchr.org/EN/Issues/IPeoples/Pages/Declaration.aspx>)
- **Declaration on the Right to Development**
(<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Development/Pages/DevelopmentIndex.aspx>)
- **Declaration on Social Progress and Development**
(<http://www2.ohchr.org/english/law/progress.htm>)
- **Dublin Statement on Water and Sustainable Development**
(<http://www.wmo.int/pages/prog/hwrrp/documents/english/icwedece.html>)
- **Johannesburg Declaration on Sustainable Development**
(http://www.un.org/esa/sustdev/documents/WSSD_POI_PD/English/POI_PD.htm)

Procedimentos Especiais

As Nações Unidas também estabeleceram “procedimentos especiais” para tratar dos abusos dos direitos humanos. Grupos e indivíduos podem usar estes procedimentos especiais contactando especialistas em direitos humanos chamados “relatores especiais”. Eles investigam os abusos dos direitos humanos que acontecem dentro de sua área de trabalho (chamados “Mandato”), tais como o direito à alimentação, o direito à saúde, e o do despejo de resíduos tóxicos.

Estes relatores especiais podem ser contactados com uma simples carta, juntamente com quaisquer notícias, documentos ou outras informações escritas sobre o problema. Os relatores, então, apresentam um relatório às Nações Unidas com a sua recomendação. Tal como acontece com os Comitês, o sucesso depende muitas vezes dos interesses do relator.

Às vezes, um relator irá visitar a comunidade, que pode chamar a atenção dos meios de comunicação social e dar credibilidade às exigências da comunidade. Se você acha que uma visita poderia ajudar na sua luta pelos direitos humanos, toda a sua comunicação com o Relator deve incluir um convite urgente para visitar o local dos abusos.

Os nomes dos relatores, os seus mandatos, e as informações do seu contato podem ser encontradas na página web das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos (www.ohchr.org) em “Human Rights by Issue” (Direitos Humanos por Assunto).

Existem outros fóruns regionais legais, como a Inter-American Human Rights Commission e a African Commission on Human and Peoples Rights” (Comissão de Direitos Humanos Inter-Americana e a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos). Eles têm seus próprios procedimentos e acordos sobre os direitos humanos que são, por vezes, mais fáceis de usar pelas pessoas e as comunidades. Para mais informações sobre os procedimentos de direitos humanos para os países das Américas e do Caribe, ver www.oas.org/en/CIDH/default.asp e para mais informações sobre os países Africanos ver www.achpr.org.

